

**ASSESPRO**  
**AGENDA LEGISLATIVA**  
**LEGISLATIVO FEDERAL**

DE 25 A 29 DE SETEMBRO DE 2017

Atualizada em 25/09/2017 17:32

**CONGRESSO NACIONAL**

**Terça-feira (26/09)**

**COMISSÃO MISTA ESPECIAL SOBRE A LEI KANDIR**  
**COMISSÃO ESPECIAL QUE ALTERA A LEI KANDIR (PLP 221/98)** / Ministério da Fazenda, às 19h.

**Pauta:** Reunião conjunta com para tratar sobre o tema com o senhor Eduardo Guardia, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda.

**Quarta-feira (27/09)**

**COMISSÃO MISTA ESPECIAL SOBRE A LEI KANDIR** / Plenário 3, às 14h30.

**Audiência Pública** – Tema: “Instrução da matéria”.

Convidados:

- Gilmar Mendes, Ministro do Superior Tribunal de Justiça;
- Representa do Ministério da Fazenda;
- Representantes de Governos Estaduais;
- Representante do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ;
- Representante do Tribunal de Contas da União – TCU;
- Representante do Conselho Nacional de Secretários Estaduais do Planejamento – CONSEPLAN;
- Representante da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais; e
- Representante da Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal.

**Quinta-feira (28/09)**

**COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO – CMO** / Plenário 2, às 10h.

**Audiência Pública** – Tema: “Apresentação do Relatório de Políticas e Programas de Governo”

Em atendimento ao requerimento nº 6/17 do senador Dário Berger.

Convidados:

- Cláudio Castello Branco, Secretário-Geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União.

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**PLENÁRIO** / Sessões ordinárias e extraordinárias nos dias 26, 27 e 28/09.

**MPV 783/17**, do Poder Executivo, que institui o Programa Especial de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional”. Item nº 1.

Relator: deputado Newton Cardoso Jr.

Parecer da Comissão Mista: pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e,

no mérito, pela aprovação desta e das Emendas de nºs 6, 11 a 13, 16, 24, 28, 32, 41, 54, 67, 69, 76, 84, 86, 102, 106, 113, 115, 117, 133, 136, 139, 151, 153, 172, 175, 185, 187, 196, 205, 207, 211, 222, 242, 244, 256, 264, 265, 277, 280 e 305; pelo acolhimento parcial das Emendas de nºs 116, 129, 135, 137, 167, 195, 281 e 306, na forma Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2017, adotado; e pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 5, 7 a 10, 14, 15, 17 a 23, 25 a 27, 29 a 31, 33 a 40, 42 a 53, 55 a 66, 68, 70 a 75, 77 a 83, 85, 87 a 90, 92 a 101, 103 a 105, 107 a 112, 114, 118 a 128, 130 a 132, 134, 138, 140 a 150, 152, 154 a 166, 168 a 171, 173, 174, 176 a 184, 186, 188 a 194, 197 a 204, 206, 208 a 210, 212 a 221, 223 a 241, 243, 245 a 255, 257 a 263, 266 a 276, 278, 279, 282 a 304, e 307 a 309. A emenda de nº 91 foi retirada pelo autor.

**PL 333/99**, do deputado Antônio Kandir, que “Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial”. Item nº 3.

CDC: parecer do deputado Paulo Lima, pela aprovação.

CDEICS: parecer do deputado Léo Alcântara, pela aprovação.

CCJC: parecer do deputado Paulo Magalhães, pela aprovação do substitutivo do Senado Federal.

**PL 1202/07**, do deputado Carlos Zarattini, que “Disciplina a atividade de "lobby" e a atuação dos grupos de pressão ou de interesse e assemelhados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, e dá outras providências”. Item nº 39.

CTASP: do deputado Milton Monti, pela aprovação do projeto.

CCJC: da deputada Cristiane Brasil, pela constitucionalidade, com emendas, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação projeto e do PL 1961/15, apensado, com substitutivo.

**REQ 3986/16**, dos Líderes Partidários, que requer urgência para apreciação do **PL 1202/07**, do deputado Carlos Zarattini, que disciplina a atividade de "lobby" e a atuação dos grupos de pressão ou de interesse e assemelhados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, e dá outras providências. Item passível de inclusão na pauta.

**REQ 4990/16**, dos Líderes, que “Requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **PL 5130/16**, do deputado João Arruda, que acresce o inciso XIV ao Art. 7º, revoga os incisos III e IV do Art. 12 e dá nova redação ao § 6º do Art. 13 e ao § 4º do Art. 15 da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014” (propõe a exclusão da proibição ou da suspensão de atividades de provedores como forma de sanção). Item passível de inclusão.

**REQ 6344/17**, dos Líderes, que “Requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **PL 6989/17**, do deputado Odorico Monteiro, que altera o Marco Civil da Internet, Lei nº12.965, de 23 de abril de 2014, para incluir procedimento de retirada de conteúdos que induzam, instiguem ou auxiliem a suicídio de aplicações de internet”. Item passível de inclusão.

**REQ 6045/17**, dos Líderes, que requer urgência para apreciação do **PL 4614/16**, da Sra. Luizianne Lins, que altera a Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, para acrescentar atribuição à Polícia Federal no que concerne à investigação de crimes praticados por meio da rede mundial de computadores que difundam conteúdo misógino, ou seja, aqueles que propagam o ódio ou a aversão às mulheres. Item passível de inclusão.

**REQ 6356/17**, dos Líderes, que “Requer urgência para apreciação do **PL 6917/17**, do deputado Aureo, que dispõe sobre a criação do Cartão Digital de Vacinação – CDV”. Item passível de inclusão.

## Terça-feira (26/09)

**COMISSÃO ESPECIAL SOBRE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DA SAÚDE** / Plenário 15, às 14h30.

**Audiência Pública** – Tema: “Inovação na Produção Nacional em Radiologia e Exames de Imagem”.

Em atenção ao requerimento nº 14/2017 do deputado Hiran Gonçalves.

Convidado:

- Empresa Brasileira de Pesquisa e Produção Industrial - EMBRAPPII.

## COMISSÃO ESPECIAL SOBRE TRIBUTAÇÃO MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (PLP 341/17) / Plenário 3, às 14h30.

**Audiência Pública** – Tema: “Debate sobre o Projeto de Lei Complementar nº 341, de 2017, e sua importância para as Micro e Pequenas Empresas”.

Em atendimento ao requerimento nº 14/2017 dos deputados Otavio Leite e Jorginho Mello.

Convidados:

- Gilberto Kassab, Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;
- Fernando de Nielander Ribeiro, Assessor da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP;
- José Tarcísio da Silva, Presidente da Confederação Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - COMICRO;
- Everton Correia, Superintendente da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas - CNDL;
- Amaro Sales de Araújo, Presidente do Conselho Temático de Micro e Pequenas Empresas da Confederação Nacional da Indústria - CNI;
- George Teixeira Pinheiro, Presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil - CACB;
- Valdir Pietrobon, Diretor Político Parlamentar da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas – FENACON;
- Representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC;
- Paulo Solmucci Júnior, Presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes - ABRASEL;
- Armando Vergílio dos Santos Júnior, Presidente da Federação Nacional dos Corretores de Seguros Privados e de Resseguros, de Capitalização, de Previdência Privada, das Empresas Corretoras de Seguros e de Resseguros - FENACOR;
- Cassio a. Spina, Presidente da Anjos do Brasil;
- Ercílio Santinoni, Presidente da Confederação Nacional das Micro e Pequenas Empresas e dos Empreendedores Individuais - CONAMPE;
- Paulo Antonio Skaf, Presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo - SEBRAE/SP; e
- Márcio Kilson, Presidente da Federação das Associações de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de Minas Gerais - FEMICRO/MG.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA – CCJC / Plenário 1, às 14h30.

**PL 3076/04**, do deputado Lobbe Neto, que “Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, determinando que as empresas que prestam o serviço de conexão à Internet em banda larga sejam obrigadas a fornecer gratuitamente ao assinante o serviço de provimento de acesso à Internet”. Item nº 2.

Relator: deputado Félix Mendonça Júnior.

Parecer: pela aprovação da redação final.

**PEC 181/12**, do deputado Irajá Abreu, que "Estabelece regime de cobrança unificada dos tributos sobre a renda, o consumo e a folha de pagamentos, e dá outras providências". Item nº 16.

Relator: deputado Rogério Rosso.

Parecer: pela admissibilidade.

Concedida vista conjunta aos deputados Elizeu Dionizio, Marcos Rogério e Patrus Ananias, em 15/08/2017.

**PL 3163/15**, do deputado Danilo Forte, que "Define como crime a corrupção praticada no âmbito do setor privado, e dá outras providências" (torna crime a prática de corrupção no âmbito do setor privado quando cometida no curso de atividades econômicas, financeiras ou comerciais). Item nº 25.

Apensados: PL 3438/15 e PL 6122/16.

Relator: deputado Tadeu Alencar.

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, do PL 3438/15 e do PL 6122/16, apensados, com substitutivo.

**PL 4520/16**, do deputado William Woo, que "Altera a Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, que trata da concessão de assistência judiciária aos necessitados, fazendo incluir entre os beneficiários desta Lei as pessoas jurídicas individuais ou Microempresários (ME) e os Microempreendedores Individuais (MEI)". Item nº 73.

Relatora: deputada Gorete Pereira.

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

## Quarta-feira (27/09)

**COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – CDC** / Plenário 8, às 9h30.

**REQ 186/17**, do deputado Aureo, que "requer a realização de Audiência Pública para discutir qualidade da internet banda larga e os novos parâmetros para introdução da tecnologia 5G no Brasil". Item nº 1.

**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS – CDEICS** / Plenário 5, às 9h30.

**PL 3406/15** (PLS 316/13), do senador Paulo Paim, que "Altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para definir prazo máximo para o exame de pedidos de registro de marcas e de patentes". Item nº 2.

Relator: deputado Laercio Oliveira.

Parecer: pela aprovação, com substitutivo.

**PL 7063/17** (PLS 472/2012), do senador Antonio Carlos Valadares, que "altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, para reduzir o valor mínimo dos contratos de parcerias público-privadas celebrados por Estados, pelo Distrito Federal e por Municípios". Item nº 3.

Apensados: PL 1650/2015 (Apensados: PL 2039/2015, PL 2365/2015 e PL 6780/2016) e PL 7869/2017

Relator: deputado Jorge Côrte Real.

Parecer: pela aprovação deste, do PL 2365/2015, do PL 6780/2016, do PL 1650/2015, e do PL 7869/2017, apensados, com substitutivo, e pela rejeição do PL 2039/2015, apensado.

**PL 3396/15**, do deputado Angelim, que "institui a Política Nacional de Incentivo à Economia Criativa". Item nº 14.

Apensado: PL 3672/2015

Relator: Deputado Lucas Vergilio.

Parecer: pela aprovação deste, com emenda, e pela rejeição do PL 3672/2015, apensado.

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE** / Plenário 10, à 10h.

**REQ 381/17**, do deputado Waldir Maranhão, que "Audiência Pública para tratar da educação profissional e tecnológica à luz da reforma do ensino médio, na Comissão de Educação". Item nº 2.

**REQ 383/17**, do deputado Alex Canziani, que "requer a realização de audiência pública, para debater a Busca Ativa Escolar, uma plataforma gratuita para ajudar os municípios a combater a exclusão escolar. É desenvolvida pelo Unicef em parceria com a Undime, Congemas e Instituto Tim". Item nº 4.

**COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO – CFT** / Plenário 4, às 10h.

**REQ 363/17**, do deputado João Gualberto, que "Solicita à presidência da Comissão que sejam enviados requerimentos de prestação de Informações às Entidades Componentes do Chamado "Sistema S"". Item nº 4.

Informações a serem solicitadas:

- O montante total de recursos recebido por cada uma dessas entidades no ano de 2016;
- A discriminação da origem de todos os recursos recebidos por cada uma destas entidades no referido período de 2016;

O detalhamento sobre a aplicação de todos os recursos recebidos por estas entidades, no período de 2016.

**PLP 420/14**, do deputado Pedro Eugênio, que "Altera a Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, de forma garantir o crédito correspondente da substituição tributária que grave o Microempreendedor Individual - MEI ou o contribuinte optante do Simples Nacional" (substituição Tributária do ICMS). Item nº 8.  
Apensado: PLP 449/14.

Relator: deputado Aluisio Mendes.

Parecer: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei Complementar 420/2014 e do PLP 449/2014, apensando; e, no mérito, pela aprovação do PLP 420/2014, e do PLP 449/2014, apensado, com substitutivo.

**PL 6097/05**, do deputado Antonio Carlos Mendes Thame, que "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que "estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências", para instituir desonerações fiscais" (cria incentivos fiscais para a produção de equipamentos e aparelhos destinados às pessoas portadoras de deficiência). Item nº 20.

Apensados: PL 6180/05 e PL 2399/07

Relator: deputado Enio Verri.

Parecer: pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do PL 6097/2005, dos PL's 6180/2005 e 2399/2007, apensados, da Emenda da CSSF e da Emenda da CDEICS.

**PL 1793/11**, do deputado Danilo Forte, que "Altera o § 2º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993, a fim de disciplinar a forma de publicação do registro de preços no âmbito da Administração Pública". Item nº 37.

Relator: deputado Eduardo Cury.

Parecer: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com emenda.

**PL 5752/16**, do deputado Otavio Leite, que "Declara como de especial interesse para a geração de conhecimento, tecnologia, inovação, bem como para o desenvolvimento brasileiro, nos termos do parágrafo único do art. 219 da Constituição Federal, os Centros de Pesquisa e de Inovação de Empresas (CPIEs)". Item nº 42.

Relator: deputado Eduardo Cury.

Parecer: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; e, no mérito, pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo da CCTCI.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA – CCTCI / Plenário 13, às 10h.**

**REQ 244/17**, do deputado Celso Panseira, que "Requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, seja realizada, no próximo dia 10 de outubro, audiência pública para discutir o orçamento da ciência e tecnologia, seus cortes e consequências para o desenvolvimento do país". Item nº 1.

Convidados:

- Presidente da SBPC;
- Presidente da ABC;
- Presidente do CONSECTI;
- Presidente do CONFAP;
- Presidente da ABIPTI;
- Presidente da ANDIFES;
- Presidente da CNI;
- Presidente do CONFIES; e
- Presidente da ABRUEM.

**PL 2993/15**, do deputado Ronaldo Carletto, que "Dispõe sobre os aplicativos de mensagens multiplataforma na Internet". Item nº 11.

Apensado: PL 3003/15.

Relator: deputado Arolde De Oliveira.

Parecer: pela aprovação deste, do PL 3003/15, apensado, e do Substitutivo adotado pela Comissão de Defesa do Consumidor, com substitutivo.

## COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES – CVT / Plenário 11, às 10h.

**PL 8074/14** (SUG 134/14), da Comissão de Legislação Participativa, que "Institui o "Sistema de Carona Legal" em âmbito nacional e dá outras providências". Item nº 6.

Relatora: deputada Raquel Muniz.

Parecer: pela aprovação deste, e da Emenda Adotada pela Comissão 1 da CCULT, com substitutivo.

O deputado Mauro Lopes apresentou voto em separado pela rejeição em 12/09/16.

## COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO – CTASP / Plenário 12, às 11h.

**PL 6788/17**, do Poder Executivo, que "Dispõe sobre o cargo de Analista em Tecnologia da Informação da Carreira de Tecnologia da Informação, cria o Plano Especial de Cargos de Apoio da Advocacia-Geral da União, estrutura a Carreira de Suporte às Atividades Tributárias e Aduaneiras da Secretaria da Receita Federal do Brasil, e dá outras providências". Item nº 3.

Relator: deputado Assis Melo.

Parecer: Pela Aprovação do Projeto de Lei e das emendas oferecidas a ele na CTASP, de nºs 2, 3, 4, 5, 7, 8, 13, 15, 18, 19, 21, 25, 28, 29, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 47, 48, 49, 50, 52, 53 e 55, pela aprovação parcial das emendas oferecidas ao Projeto de Lei também na CTASP, de nºs 16, 17, 20, 22, 23, 24, 27, 30, 31, 44 e 54, pela aprovação integral das emendas oferecidas ao primeiro substitutivo, na CTASP, de nºs 2, 5, 6 e 11 e pela aprovação parcial das Emendas oferecidas ao Primeiro Substitutivo também na CTASP, de nºs 3, 7, 8, 9, 10 e 12, na forma de novo substitutivo, rejeitando-se as demais emendas oferecidas no âmbito desta Comissão.

Concedida vista à deputada Gorete Pereira, que apresentou voto em separado pela aprovação com sugestões em 14/09/17.

**PL 6387/16**, do deputado Carlos Bezerra, que "Altera a Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, que "Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências", para facultar às empresas manter simultaneamente mais de um programa de distribuição de lucros e resultados". Item nº 19.

Relator: deputado Lucas Vergilio.

Parecer: pela aprovação, com substitutivo.

Concedida vista ao deputado Vicentinho, em 5/09/17.

## COMISSÃO ESPECIAL DO MARCO REGULATÓRIO DA ECONOMIA COLABORATIVA / Plenário a definir, às 11h.

**Pauta:** Eleição dos cargos de 1º, 2º e 3º Vice-Presidentes; Definição do Roteiro de Trabalho; e Deliberação de requerimentos.

## SENADO FEDERAL

### PLENÁRIO

**REQ 793/17**, dos líderes, que "Solicita urgência para o **PLC 28/17**, que regulamenta o transporte remunerado privado individual de passageiros". Item nº 2.

### Segunda-feira (25/09)

## CDH – SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO – CDHET / Plenário 6, às 9h.

**Audiência Pública** – Tema: "Princípios Basilares para um Estatuto do Trabalho e Princípios da CLT".

Convidados:

- Ministro Augusto César Leite de Carvalho, Tribunal Superior do Trabalho – TST;
- Cristiano Paixão, Procurador Regional do Trabalho da 10ª Região;
- Paulo da Cunha Boal, Diretor Legislativo da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA; e
- Francimary Oliveira Michiles, Diretora do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT.

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE** / Plenário 15, às 14h.

**Audiência Pública** – Tema: "Instruir a elaboração do relatório do Requerimento nº 31, de 2017, que avalia a política pública referente ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, com a finalidade de avaliar o atendimento aos objetivos do Programa e à demanda".

Convidados:

- Felipe Morgado, Gerente Executivo de Educação Profissional e Tecnológica do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI;
- José Gomes da Silva, Secretário de Estado da Educação de Roraima e Representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação – Consed;
- Eline Neves Braga Nascimento, Secretária de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação - SETEC/MEC;
- Marcos Vinicius de Souza, Secretário de Inovação e Novos Negócios do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC;
- Vinicius Botelho, Secretário de Inclusão Social e Produtiva do Ministério do Desenvolvimento Social - SISP/MDS;
- Lucas Ferreira Mation, Chefe da Assessoria Técnica da Presidência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; e
- Almir Serra Martins Menezes Neto, Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas da União – TCU.

**Terça-feira (26/09)**

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA – CCT** / Plenário 7, às 14h30.

**PLC 28/17** (PL 5587/16), do deputado Carlos Zarattini, que "Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para regulamentar o transporte remunerado privado individual de passageiros". Item nº 1.

Tramita em conjunto:

**PLS 530/15**, do senador Ricardo Ferraço, que "Institui a lei que regulamenta e organiza o sistema de transporte privado individual a partir de provedores de rede de compartilhamento e insere o inciso XIV ao artigo 4 da Lei 12.587/2012, de forma a definir a modalidade".

**PLS 726/15**, do senador Lasier Martins, que "Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, e a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 para disciplinar o serviço de transporte privado individual de passageiros".

Relator: senador Pedro Chaves.

Parecer: pela aprovação.

**Quarta-feira (27/09)**

**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE** / Plenário 19, às 14h30.

**Audiência Pública** - Tema: "Identificar os principais obstáculos que compõem o chamado "Custo Brasil" e oferecer soluções que "facilitem a atividade empreendedora e empresarial no Brasil, a fim de gerar mais empregos e renda" (Grupo de trabalho de reformas microeconômicas)".

Em atendimento aos requerimentos 7 e 10/17, dos senadores Tasso Jereissati e Armando Monteiro.

## Convidados:

- João Manoel Pinho de Mello, Chefe da Assessoria Especial de Reformas Microeconômicas do Ministério da Fazenda;
- Zabetta Macarini, Diretora Executiva do Grupo de Estudos Tributários Aplicados – GETAP;
- Renato Agostinho da Silva, Secretário de Comércio Exterior Substituto do Ministério de Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC; e
- José Augusto Coelho, Diretor de Políticas e Estratégia da Confederação Nacional da Indústria – CNI.

## Quinta-feira (28/09)

### COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR – CTFC / Plenário 3, às 9h.

**REQ 31/17**, do senador Flexa Ribeiro, que “Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 149/2014, que modifica o art. 627 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a observância do critério de dupla visita na fiscalização do trabalho”. Item nº 1.

#### Possíveis convidados:

- Robson Braga de Andrade, Presidente da CNI;
- Antonio José Domingues de Oliveira Santos, Presidente da CNC;
- João Martins da Silva Junior, Presidente da CNA;
- Eva Patricia Gonçalves Pires, Diretora do Departamento de Segurança e Saúde do Trabalho (DSST);
- Carlos Fernando da Silva Filho, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho; e
- Maria Tereza Pacheco Jesen, Secretária de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho.

**PLS 100/17**, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, que “Altera o art. 7º da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para proibir a adoção de franquias de consumo na internet fixa”. Item nº 6.

Relator: senador João Capiberibe.

Parecer: pela aprovação.